



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16657 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 05 - Estado e Política Educacional

VIA EMPRESARIAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO MINEIRO NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO.
Brayon Marques Barbosa - FADEPE / PPG em Educação da UFJF
Rafaela Reis Azevedo de Oliveira - UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

VIA EMPRESARIAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO MINEIRO NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO.

O presente trabalho apresenta um recorte de dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF). Inserida no quadro da reforma empresarial da educação (Freitas, 2018), a pesquisa tem como problema a influência de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na Política de Formação Continuada para a implementação do Novo Ensino Médio em Minas Gerais.

No contexto mineiro, esta política se desenvolve através do Acordo de Cooperação firmado entre a Secretaria de Estado de Educação (SEE-MG) e o Instituto Iungo (Minas Gerais, 2021), por meio do Programa Nosso Ensino Médio, financiado pelos principais agentes articuladores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como a Fundação Lemann, o Todos Pela Educação e o Movimento pela Base.

Apoiado em resultados parciais de pesquisa, este trabalho objetiva analisar a Política de Formação Continuada de Minas Gerais, valendo-se do mapeamento das atividades formativas desenvolvidas no estado mediante o referido acordo. Além da pesquisa bibliográfica, esta investigação recorre à análise documental (Gil, 2008), tendo como fonte

documentos publicados pelo estado de Minas Gerais, pelo Instituto Iungo e pelo Programa Nosso Ensino Médio.

É forçoso reconhecer que a BNCC, enquanto política curricular, comporta um projeto nacional de educação que induz novas políticas de formação docente, em especial, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BNC-Formação) e a Resolução CNE/CP nº 1/2020 (BNC-Formação Continuada). Por sua vez, produzidas por racionalidades que vinculam a qualidade da formação docente ao desempenho acadêmico dos estudantes e que apresentam uma noção de Formação Continuada compensatória à Formação Inicial, essas políticas representam a “reforma empresarial no campo da formação de professores”, conforme analisa a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope, 2019).

Entretanto, antes mesmo do estabelecimento destas políticas, o governo de Minas Gerais (2018) já argumentava que os deslocamentos conceituais instituídos pela BNCC, decorrentes da emergente linguagem da aprendizagem (Biesta, 2012), produziam a necessidade de reestruturação do trabalho pedagógico, sobretudo frente às noções de competências e habilidades presentes na Base.

Desse modo, o estado apresentou uma proposta de Formação Continuada fundamentada na capacitação de Equipes Regionais de Formação, constituídas a partir de suas 47 Superintendências Regionais de Ensino (SREs), buscando a formação em cadeia por toda a rede. Para tanto, a SEE-MG ao consolidar a parceria com o Instituto Iungo, objetivou o desenvolvimento profissional de docentes e gestores, bem como a implementação dos referenciais curriculares construídos a partir da BNCC (Minas Gerais, 2021), por meio do Programa Nosso Ensino Médio.

Dito isso, é importante marcar que, tal como a BNC-Formação Continuada, o Nosso Ensino Médio toma de aporte teórico documentos elaborados pelo GT de Formação Continuada do Consed e pela Fundação Carlos Chagas, operando, portanto, na perspectiva de formações eficazes, com o foco no desenvolvimento de competências pelos educadores do Ensino Médio. Apresenta em sua plataforma *online* uma série de Trilhas de Aprendizagem personalizáveis, cujo público-alvo são docentes, gestores e formadores das redes estaduais de ensino do país.

Concluimos, portanto, que a Política de Formação Continuada tem se desenvolvido focalizada na gestão, majoritariamente por meio de materiais autoinstrucionais, através das Trilhas de Aprendizagem *online*, e da realização pontual de *webinários*, conduzidos predominantemente por Juliana de Melo Leonel. Formadora do Instituto Iungo e autora de

duas Trilhas do Programa Nosso Ensino Médio, a responsável pelos *webinários* é oriunda do campo da Comunicação Social, sem formação no campo da Educação, atuando também em colaboração com o Instituto Ayrton Senna.

Este enfoque na formação para a gestão sinaliza a estreita relação que tem se estabelecido no contexto da reforma empresarial da educação, que relaciona a qualidade da educação com a má gestão de recursos públicos. Por fim, o Acordo de Cooperação SEE/Iungo (Minas Gerais, 2021) expressa o caráter de uma política gerencialista, com vistas a controlar o trabalho docente por meio de uma cultura performativa (Ball, 2005), em detrimento de uma política de Formação Continuada para o desenvolvimento profissional do Quadro de Magistério da SEE-MG.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma empresarial; Política Educacional; Novo Ensino Médio; Formação Continuada; BNCC.

REFERÊNCIAS

ANFOPE. BASE NACIONAL COMUM PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO): Ocultar, silenciar, inverter para o capital dominar. Salvador, 24 nov. 2019. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2019/11/BNCF-Celi-Taffarel-24112019.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BALL, Stephen J.. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, [S.L.], v. 35, n. 126, p. 539-564, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742005000300002>.

BIESTA, Gert. Boa educação na era da mensuração. *Cadernos de pesquisa*, v. 42, n. 147, p. 808-825, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000300009>.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. Expressão popular, 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *ACORDO DE COOPERAÇÃO - SEE/DGCC SETOR DE CONVÊNIOS – Processo nº 1260.01.0001207/2021-82*. SEE-MG: Belo Horizonte, 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Plano de Ação para Implementar a Formação Continuada em Regime de Colaboração a partir de 2019*. SEE-MG: Belo Horizonte, 2018.